



1 ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
2 NUTRICIONAL DE SOROCABA – CONSEA SOROCABA.

3 Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na Secretaria
4 do Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar Animal (SEMA), situada à Rua Santa Maria, nº
5 197, Vila Hortência, Sorocaba/SP, deu-se início à reunião do Conselho Municipal de
6 Segurança Alimentar e Nutricional de Sorocaba – CONSEA Sorocaba, sob a coordenação
7 de Sandra Maria de Oliveira (SEMA) e Maria Cristina Antunes de Almeida (Nutricionista –
8 SEMA). **A – Membros presentes:** Lais Mamede Freire (Titular – SEDU); Luciene
9 Azevedo Vieira (Titular – SES); Karina da Silva Timpanari (Suplente – Universidade
10 Paulista/UNIP); Clara Guimarães Pereira (Titular – Banco de Alimentos de
11 Sorocaba/BAS); Edson Aparecido Xavier (Titular - Cooperativa de Apicultores de
12 Sorocaba/COAPIS); Wilson Roberto Caveden (Titular – CEAGESP); Sandra Regina
13 Bicudo da Silva (Titular – ETEC Rubens de Faria); Ana Paula Gasques Meira (Suplente –
14 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC); Mariana B. Villas Boas Alvaro
15 (Titular- UNIP). **B – Membros que justificaram ausência:** Joelma Antonio das neves
16 Garcia e Ângela Patrícia N.Domingues (Titular e suplente – SECID); Frederico Barbosa e
17 Alexandre Rosa Lima (Titular e suplente – SERIM); Érica de B. Domingues Ranzani
18 (Suplente – SESC); Claudineia Aparecida de Almeida de Mira e Henry Paula de S. do
19 Amaral (Titular e suplente – Instituto Plena Cidadania/PLENU). **C – Ouvintes:** Jéssica
20 Terra (Sema) e Georgia Vanessa S.L. Coelho (SENAC). **1 – Reunião:** A reunião iniciou-se
21 com a leitura da ata da eleição anterior, na qual foram detalhadas as instituições
22 participantes, o processo eleitoral e as vagas remanescentes. Considerando que não
23 houve alterações desde então, deliberou-se pela elaboração de uma versão resumida da
24 referida ata. Informou-se ainda que o processo administrativo correspondente encontra-se
25 em tramitação no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, aguardando os devidos
26 encaminhamentos. Na sequência, foram apresentadas pautas relacionadas ao
27 mapeamento de hortas comunitárias e cozinhas solidárias, bem como à possibilidade de
28 participação em projetos voltados às escolas. Quanto a este último ponto, deliberou-se
29 que a competência do Conselho em relação às unidades escolares será verificada no
30 Regimento Interno, a fim de assegurar a conformidade das ações e atribuições do
31 colegiado. Também foi abordado o histórico de criação do Conselho, instituído no ano de
32 2013, destacando-se sua importância na articulação de políticas públicas voltadas à
33 segurança alimentar e nutricional. Na oportunidade, discutiu-se a possibilidade de
34 utilização de instrumentos como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, como
35 forma de fortalecimento das iniciativas relacionadas à segurança alimentar no município.
36 Ressaltou-se, contudo, que a implementação de novas ações está condicionada à
37 disponibilidade orçamentária da administração pública. No que se refere ao mapeamento
38 de hortas comunitárias, foi informado que há um setor específico na Seplan
39 (Fiscalização/Mapeamento QGIS) responsável por essa temática, tendo sido solicitado
40 um levantamento mais detalhado das hortas existentes no município através de um ofício.
41 Foi sugerida, ainda, a busca de parcerias institucionais que possam contribuir para o
42 mapeamento e a identificação das hortas já implantadas em Sorocaba. Em relação às
43 cozinhas solidárias, discutiu-se a necessidade de realizar um levantamento das iniciativas



44 existentes no município, bem como das instituições que oferecem refeições à população,
45 mesmo que não se caracterizem formalmente como cozinhas solidárias. Durante as
46 discussões, foi mencionado o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos
47 Solidários – CADSOL, destacando-se a dificuldade de registro de iniciativas informais
48 nesse sistema. Nesse contexto, sugeriu-se a realização de um levantamento mais amplo
49 das cozinhas solidárias em funcionamento, identificando o suporte que recebem e
50 possibilitando a criação de uma ponte entre doadores e essas iniciativas. Ressaltou-se
51 também a importância de cadastrar essas organizações tanto no CADSOL quanto junto
52 ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome –
53 MDS, visando fortalecer as iniciativas existentes e possibilitar, futuramente, o acesso a
54 programas e repasses de recursos. Foi citado ainda o projeto “São Paulo Mais Rural”
55 como exemplo de iniciativa voltada ao mapeamento de hortas e projetos relacionados à
56 agricultura e à segurança alimentar. Durante as discussões, também foi apontada a
57 dificuldade de divulgação dessas iniciativas, sendo destacada a necessidade de utilizar
58 canais de comunicação como redes sociais, especialmente Instagram, bem como grupos
59 de WhatsApp, com o objetivo de ampliar o alcance das informações à população.
60 Ressaltou-se ainda a importância de estabelecer parcerias com órgãos da rede
61 socioassistencial, como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, bem
62 como com representantes do Poder Legislativo, visando ampliar a divulgação das ações
63 nos bairros do município. Foi mencionado, como exemplo de potencial local, a presença
64 de agricultores na região conhecida como Rota da Marquesa – Bairro de Brigadeiro
65 Tobias, em Sorocaba, que comercializam produtos frescos e que podem ser integrados às
66 ações de segurança alimentar e nutricional. Durante a reunião, reforçou-se que a função
67 do Conselho consiste em articular, integrar e fortalecer as iniciativas já existentes,
68 atuando como espaço de diálogo, construção coletiva e encaminhamento de demandas
69 relacionadas à segurança alimentar e nutricional no município. Também foi discutida a
70 legislação referente à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar,
71 destacando-se a exigência legal de destinação mínima de recursos para essa finalidade.
72 Foi mencionado que, além da exigência nacional de destinação mínima de 45%, há
73 legislação municipal em Sorocaba que prevê a utilização 50% do repasse do FNDE para
74 a aquisição de gêneros da agricultura familiar para o PNAE. Por fim, destacou-se a
75 importância de aproveitar a estrutura já existente no município e valorizar as pessoas e
76 instituições que já atuam na área da segurança alimentar. Foram mencionadas ainda
77 pendências administrativas, como a nomeação oficial dos membros do Conselho e a
78 atualização do Regimento Interno, etapas consideradas necessárias para o pleno
79 funcionamento do colegiado. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às nove
80 horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Sandra Maria de Oliveira Sandra Maria de Oliveira, servidora
81 da Secretaria do Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar Animal e Secretária-Executiva
82 deste Conselho lavrei a presente ATA. De acordo Sandra Regina Bicudo da
83 Silva _____, Vice-Presidente CONSEA.